



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

2023.1220.0820/SELIC-PMM

TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA

TAV-01/2024-SELIC-PMM

DE LAVRA DA: ASSESSORIA JURÍDICA

À: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

*Trata-se de Parecer Jurídico solicitado pela Comissão Permanente de Licitação para cumprimento do disposto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, relativo à prorrogação de vigência de prazo do Contrato Administrativo nº **CPS-001/2021-IL-001/2021-SELIC-PMM-SEMAD**, oriundo do **Processo Administrativo nº 2021.0112.1030/SELIC-PMM**, tombado sob a modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº IL-001/2021-SELIC/PMM-SEMAD**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA O MUNICÍPIO DE MELGAÇO/PA.***

Os presentes autos foram submetidos à essa Assessoria Jurídica para emissão de parecer acerca da possibilidade de aditivar o Contrato nº **CPS-001/2021-IL-001/2021-SELIC-PMM-SEMAD**, para





CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA O MUNICÍPIO DE MELGAÇO/PA., ajustando os valores do contrato original, perfazendo um montante global de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos em 12 (doze) parcelas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Sobre a matéria, a Lei 8.666/93, em seu art. 57, Inciso II, estabelece que: **“Art. 57....., II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses”**.

No caso concreto o contrato original, firmado em 14 de janeiro de 2021, com vigência até 31 de dezembro daquele ano, vem sendo sucessivamente aditivado, neste ano, motivo pelo qual pretende esta administração prorrogá-lo pelo período de 12 (doze) meses, o que não contraria as disposições dos inciso II do art. 57, quando expressa a possibilidade de prorrogação POR IGUAIS PERIODOS, como nos ensina Marçal Justen Filho, em sua obra **“Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”**, 17ª ED, 2016, as fls. 1117, a saber:

“mesmo que o texto legal aluda a “igual”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de renovação por períodos idênticos. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência.....”.

Especificamente na **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA O MUNICÍPIO DE MELGAÇO/PA.** o contratado está obrigado a executar o serviço , a qual tal especificação se destine a determinar a duração propriamente dita do





contrato. O prazo de vigência nesse caso, destina-se e estabelecer o período de tempo durante o qual a contratação produzirá seus efeitos.

Estão presentes nos autos todos os procedimentos administrativos que antecedem a pactuação do Termo Aditivo o Contrato nº **CPS-001/2021-IL-001/2021-SELIC-PMM-SEMAD**, tais como: a motivação, autorização da Autoridade competente, previsão orçamentária, aceite da Contratada e comprovação de regularidade fiscal.

Desta forma, manifesta-se essa Assessoria Jurídica **FAVORAVELMENTE** pela **PRORROGAÇÃO** do referido instrumento contratual, com fundamentos no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

Esse é o Parecer, S. M. J.

Melgaço/PA, 20 de dezembro de 2023.

MAURO CÉSAR LISBOA DOS SANTOS

Assessor Jurídico da PMM

OAB/PA 4288

Melgaço

Prefeitura e Você! Juntos Somos Mais Fortes!

